

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O PROTAGONISMO JUVENIL: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Adriana da Silva Lisboa Tomaz
Pontifícia Universidade Católica
Brasil-(PUC-Rio).

atomaz@educacao.rj.gov.br

Introdução

O presente resumo expandido constitui uma proposta de reflexão sobre a relação do protagonismo juvenil com a gestão democrática em escolas estaduais do Rio de Janeiro a partir de uma reflexão sociológica. No Brasil, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, o termo “protagonismo juvenil”, aparece de maneira mais recorrente, dando a ideia da importância da autonomia do estudante mediante a construção do conhecimento e a relação dele com o seu objeto de estudo. Diante do exposto, é importante a busca de informações sobre o conceito para melhor compreendê-lo.

Para Ferreri, Zibas e Tartuce (2004, p.3), a revisão bibliográfica sobre o tema indica que o “protagonismo dos jovens/alunos” é um conceito passível de diferentes interpretações e, além disso, imbrica outros conceitos igualmente híbridos, como participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania.

Na perspectiva da participação, em 2016 no Brasil, ocorreu um movimento estudantil, que trouxe à tona a discussão sobre a complexidade dos problemas educacionais a partir da participação dos estudantes como atores principais. Este resumo tem como objetivo compartilhar essa experiência, que ocorreu em âmbito nacional e internacional, e a gestão democrática da escola na contemporaneidade em uma abordagem sociológica.

A tese intitulada *Ocupação de três escolas estaduais no Rio de Janeiro: ação coletiva, reivindicações e conquistas* (TOMAZ, 2019), desenvolvida no Grupo de Pesquisa do Laboratório de Avaliação da Educação Básica (LAEd/PUC-Rio), explicita práticas para uma escola mais democrática que foram conquistadas pelo protagonismo juvenil dos estudantes do ensino médio no Estado do Rio de Janeiro.

A partir das narrativas dos estudantes e análise dos dados, foi possível compreender o modelo vigente de administração da escola, que ocorre em uma perspectiva mais normativa, produzida por uma administração central e pouco discutida com os atores que estão inseridos no dia a dia da escola.

Sendo assim, percebe-se que de um lado existe a organização burocrática, weberiana como o tipo mais puro de dominação racional-legal, que é “a forma mais racional de se exercer uma dominação; e o é nos sentidos seguintes: em precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança [...]” (Weber, 2004, p. 178). Onde ocorre o controle e monitoramento das escolas, um modelo de administração da educação, como se fosse uma grande máquina centralizadora.

Do outro lado, existe a participação social dos estudantes e dos atores que atuam no cotidiano escolar (professores, coordenadores, diretores, responsáveis), ou seja, todos os atores que fazem parte dessa comunidade escolar, que democraticamente querem participar do cotidiano da escola, reivindicando por meio de pautas que correspondam aos seus anseios, de uma escola democrática de fato e de direito, que não esteja somente presente na legislação brasileira.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com estudantes do terceiro ano do Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro, que participaram direta ou indiretamente do movimento estudantil e se posicionaram de maneira favorável e contrária em três escolas. Foi uma investigação de abordagem qualitativa e exploratória, que levou em conta autores que pesquisam temas como juventudes e os novíssimos movimentos sociais (DAY, 2015; GOHN, 2008).

Para este resumo farei um recorte da tese intitulada *Ocupação de três escolas estaduais no Rio de Janeiro: ação coletiva; reivindicações e conquistas*, destacando o

protagonismo juvenil por meio do movimento estudantil e suas conquistas e o modelo organizacional da escola.

Para o sociólogo Crozier (1964, p.149), “um ser humano [...] não tem apenas uma mão a [escola clássica] e um coração [escola das relações humanas]. Tem também uma cabeça, o que significa que é livre para decidir e para jogar o seu próprio jogo.”

Deste modo, Crozier destaca o modelo político que ressalta a diversidade de interesses e de ideologias, a importância do poder, da luta e do conflito. Para Lima (2011), a escola constitui um sistema social diverso e complexo composta por relações formais e informais e sujeita às normas da própria comunidade escolar e também das condições da sociedade.

Sabemos que existem um universo teórico de modelos e perspectivas para o estudo da organização das escolas. Pela limitação de espaço, não vou classificá-los, mas destacar o modelo político, embora reconheça as dificuldades de sua aplicação, especialmente em escolas públicas por serem subordinadas ao controle burocrático centralizados. Há indícios que o protagonismo juvenil dentro da escola, e na perspectiva de participação social, possa trazer reflexões e mudanças necessárias para que a escola deixe de reproduzir orientações hegemônicas. É com a participação social, na luta, que se constrói a escola pública democrática.

Para melhor compreender as percepções dos estudantes e suas demandas utilizou-se na presente pesquisa o instrumento de entrevista coletiva, que, para Kramer (2007), cria oportunidade de diálogo entre os participantes. Outros participantes podem ocupar a posição de entrevistador, interrompendo, intervindo, completando a resposta dos demais entrevistados, comentando e expondo sua opinião.

A análise foi feita a partir das percepções dos quarenta estudantes que eram favoráveis e contrários ao movimento estudantil e que participaram das entrevistas coletivas e suas respectivas transcrições.

Analisar a organização da escola na perspectiva sociológica, mediante um conjunto de variáveis que afetam diretamente os estudantes pode ser um caminho para a construção de escolas brasileiras com práticas mais democráticas, e com a participação efetiva da comunidade escolar.

Resultados e Discussões

À luz do conceito de protagonismo juvenil e de como a escola é organizada no contexto brasileiro, atravessada pelas questões políticas, onde os subordinados são pessoas que fazem negociações, e não apenas se submetem às ordens, é que proponho as discussões e os resultados encontrados.

Na pesquisa, a falta de escuta por parte da gestão era um obstáculo para uma participação democrática, além da indicação para o cargo de direção. Após o movimento estudantil, houve o fortalecimento desses canais de ouvidoria institucionalizada, além de maior escuta por parte dos gestores no cotidiano escolar e da própria Secretaria de Educação. No que tange à escolha para diretores, uma de suas conquistas ficou evidenciada na Lei nº. 7.299, de 03 de junho de 2016, para provisão do cargo de diretor das escolas da rede estadual de ensino, feita não mais por indicação, mas sim por eleição direta pela comunidade escolar.

Conclusão

O Protagonismo Juvenil foi explicitado por meio do movimento estudantil, de acordo com os resultados dessa pesquisa. Ela também nos permitiu compreender a falta de diálogo dos estudantes com a gestão das escolas. Identificaram-se ganhos materiais e simbólicos, tais como: medidas para assegurar a transparência no uso dos recursos públicos destinados à merenda escolar; medida legal relativa ao grêmio estudantil e repasse de verba imediata para cada unidade escolar ocupada com objetivo de reparos emergenciais.

Na percepção dos estudantes entrevistados, hoje eles têm maior participação dentro da escola, além de serem mais respeitados pela direção. Não é possível generalizar o resultado que foi identificado para toda uma rede, mas são resultados que apontam para a relação do protagonismo juvenil com a gestão democrática de escolas públicas brasileiras a partir de um conhecimento teórico e empírico.

Referências

FERRETI, C.J.; TARTUCE.; G.L.B.P.; ZIBAS, D.M.L. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 out. de 2022.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. de 2022.

KRAMER, Sonia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Teresa et al. Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez. p. 57-76, 2003.

LIMA, Licínio. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2011.

RIO DE JANEIRO. Lei n 7.299, de 03 de junho de 2016. Dispõe sobre o estabelecimento de processos consultivos para a indicação de diretores e diretores adjuntos das instituições de ensino integrantes da rede da secretaria de estado de educação e da fundação 144 de apoio à escola técnica – FAETEC. Assembleia Legislativa, [2016]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-7299-2016-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-o-estabelecimento-de-processos-consultivos-para-a-indicacao-de-diretores-e-diretores-adjuntos-das-instituicoes-de-ensino-integrantes-da-rede-da-secretaria-de-estado-de-educacao-e-da-fundacao-de-apoio-a-escola-tecnica-faetec>. Acesso em: 12 out. de 2022.

TOMAZ, Adriana da Silva Lisboa. Ocupação de três escolas estaduais no Rio de Janeiro: ação coletiva; reivindicações e conquistas. Orientadora: Alicia Maria Catalano de Bonamino. Rio de Janeiro, 2019. 190p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46910/46910.PDF>. Acesso em: 13 out. de 2022.

Weber, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

